

Congresso pode analisar sete projetos até a próxima sexta-feira

por Eduardo Hollanda
de Brasília

Em convocação extraordinária desde ontem, o Congresso Nacional deve votar, até sexta-feira, dia 20, sete projetos de lei e mais um requerimento solicitando a realização de uma auditoria pelo TCU em acordo entre a Eletrobrás e empresas credoras do setor elétrico. Entre os projetos, estão o Orçamento para 1992, o ajuste fiscal e a rolagem da dívida dos estados e municípios.

Os projetos que poderão ser votados até sexta-feira são:

Congresso

- Orçamento para 1992. O projeto original do governo, de Cr\$ 51,3 trilhões, foi, dentro das limitações percentuais, de 3, 15 e 25%, respectivamente, impostas a despesas de custeio, projetos em andamento e projetos novos, consideravelmente modificado.

Senado

- Requerimento do senador Eduardo Suplicy, solicitando auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, no resultado de trabalho do grupo que analisou e propôs um termo de confissão e assunção da dívida entre a Eletrobrás e as empresas credoras do setor elétrico.

- Projeto de Lei do Senado que fixa o valor dos títulos públicos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados. Poderá ser aprovado amanhã.

Câmara

- Rolagem das dívidas de Estados e Municípios. Entrará em debate na sessão da manhã de hoje. Projeto que foi enviado pelo Execu-

tivo na sexta-feira, dia 13, praticamente no encerramento da sessão legislativa.

- Ajuste fiscal. Projeto considerado fundamental para o governo, porque reformula o Imposto de Renda e faz voltar a indexação sobre os impostos devidos em 1992. O governo espera arrecadar US\$ 10 bilhões a mais, com as mudanças. O que será votado na manhã de hoje é um substitutivo elaborado pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), com o apoio do PMDB. Sua aprovação tem que ocorrer, sob pena de as mudanças não entrarem em vigor em 1992, por causa do princípio da anualidade dos impostos.

- Projeto do Executivo que institui a medida cautelar fiscal. Projeto que deverá ser aprovado hoje sem maiores problemas. Ele permite que o governo coloque em indisponibilidade bens de sonegadores, antes da execução das ações penais cabíveis.

- Projeto do Executivo que institui contribuição para financiamento da Seguridade Social. Nova versão do Finsocial, que deverá entrar em votação hoje ou amanhã.

- Reajuste dos salários dos servidores públicos federais. Projeto do Executivo, que prevê reajuste de 40% em janeiro, de 70% em fevereiro, e de 100% em março, não cumulativos, sobre o salário dos servidores relativo a dezembro. A pedido dos funcionários, que estão negociando melhorias no reajuste com o governo, será o último item da pauta.